

“Não tratamos migrante como mercadoria”

Quando no início deste ano o governador Joaquim Roriz definiu aquele que seria o primeiro ocupante de seu secretariado, para a pasta de Viação e Obras, não imaginava apenas a compatibilização do favorecido com as prerrogativas básicas do cargo. O escolhido, Wanderley Vallin — empresário da construção civil, em Brasília desde meados de 1960 — ficaria encarregado, sobretudo, de coordenar um programa ambicioso, cuja finalidade seria erradicar em menos de dez meses as invasões do Distrito Federal.

Sob a avaliação de que os governos anteriores “não tiveram sensibilidade” para resolverem o problema habitacional da população carente de Brasília, Vallin recorda a fase inicial do programa de assentamento. Hoje, depois de terem sido entregues 45 mil dos 60 mil lotes semi-urbanizados, e de um adiantamento de 60 dias de prazo inicial para término da distribuição (31 de outubro), é tempo de fazer uma análise.

Em meio aos elogios e objeções inerentes às iniciativas que propõem mudanças, o vice-governador Wanderley Vallin — o primeiro da história da Nova Capital, criado este ano por Roriz com aprovação do Senado — falou à reportagem do **CORREIO BRAZILIENSE** sobre o andamento do programa, fez um balanço da Brasília de cara nova, da responsabilidade do próximo Governo e apresentou a forma ideal de lidar com o imigrante: “Não podemos tratá-los como se fossem mercadoria”.

— O GDF ainda tem de distribuir 15 mil lotes, e dispõe de pouco mais de um mês. Será preciso adiar novamente o encerramento do programa?

— Não, manteremos o dia 31 de dezembro como a data limite. Quando houve a necessidade de dilatar o prazo para o assentamento, eu pessoalmente levei ao sr. governador o pedido. Mas naquele momento surgiram alguns percalços, tipo exigência do Relatório de Impacto Ambiental, dificuldades de instalação de água, de energia elétrica, o que é normal em um programa amplo como esse. Hoje, no entanto, prosseguimos num ritmo satisfatório e tenho certeza de que até o fim do ano estará tudo concluído.

— Ao passo que existe uma cobrança no término do programa, há também críticas ao governo porque a ocupação ocorre de forma acelerada. Como o sr. recebe essas objeções?

— Com naturalidade. A crítica é válida. A pressa em determinadas ocasiões leva a alguma imperfeição. Porém isso é justificável. Trata-se de um governo com um mandato curto, e temos de atuar segundo essa realidade. O ideal seria abrir a cidade, fazer a drenagem da água, urbanizar todo o local. Mas se o governador Joaquim Roriz ordenasse tal procedimento não conseguiria colocar em prática o assentamento.

— O Sr. não acha prioritárias as obras de urbanização?

— Sem dúvida. Por isso mesmo realizamos as obras básicas antes de distribuímos os lotes. As famílias recebem seus lotes com energia, água por intermédio de chafarizes espalhados por todos os pontos de ocupação, um espaço para construir sua fossa. A próxima administração deverá caber a tarefa de realizar as obras complementares, como ocorreu na Ceilândia e em Taguatinga. Se o nosso governo fosse de quatro anos, nós mesmos faríamos tudo.

— E nesses quatro meses que restam do Governo Roriz, o que pode ser feito?

— Concluiremos nosso trabalho estabelecido no início deste ano. O assentamento terá todas as suas etapas estruturais fechadas. E aí é esperar que o programa seja prosseguido com semelhante preocupação. As obras de duplicação da barragem do Rio Descoberto, conquista do governador Joaquim Roriz, irão facilitar isso.

— A duplicação possibilitará a instalação de rede de água e esgoto em Samambaia, na Vila Paranoá e demais áreas de expansão?

— Não apenas os loteamentos executados por nosso governo como os que poderão surgir nos próximos quatro ou cinco anos estão garantidos, inclusive o Setor Sudoeste, que abrigará um



total de 50 mil pessoas. Água não faltará. Quanto ao esgoto, a Caesb estuda fórmulas que serão viáveis de implantação. Para Samambaia desde já eu faço uma observação. Não se pode ligar a água nos domicílios sem a rede de esgoto. Os lotes são pequenos, as fossas muito próximas umas das outras, o que provocaria um transbordamento e estaria formado um problema de graves proporções. Essa foi uma das razões de não termos fornecido água encanada para os moradores.

— Samambaia tem hoje aproximadamente 100 mil habitantes. O comércio, no entanto, praticamente inexistente no local. Como o GDF pretende solucionar esse desequilíbrio?

— Vamos iniciar de imediato as licitações para os estabelecimentos comerciais. Serão colocados à venda de uma só vez pelo menos 50 por cento das projeções. Assim tornaremos o preço mais acessível e quebramos a paisagem da satélite. Não havíamos feito isso antes porque era preciso primeiro assentar a população. Uma vez que os consumidores já se estabeleceram, passamos agora para a segunda etapa.

— Mas a falta de água encanada não desestimulará os co-

merciantes?

— Para o comércio a rede será ligada. Ele consome pouquíssima água, menos do que uma casa, e o terreno é maior, não acarretando problemas com as fossas.

— E nas vilas Paranoá e Planalto, como está o trabalho?

No Paranoá a fixação de cerca de oito mil famílias já encontra-se bastante avançada. O sr. governador nomeou um administrador para a vila, e os moradores compreenderam que a permanência na área original, formada por estruturas rochosas, inviabilizaria a instalação de redes de água e esgoto. O próprio Relatório de Impacto Ambiental caracterizou isso. Foi feito um deslocamento de 1,1 mil metros do ponto original, para onde as famílias foram levadas.

— E a área que estava ocupada, qual será a sua utilização?

— Ela já está tombada. Lá serão colocadas praças, bosques, para transformá-la em local de lazer, de onde a população do DF e os turistas poderão apreciar uma bela visão do Plano Piloto.

— E a Vila Planalto?

— Na última reunião do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, o Cauma, foi aprovado um pedido da comunidade da vila para ampliação da área de fixação em 300 lotes, totalizando aproximadamente 800. Concluída essa etapa, agora agilizaremos a regularização dos moradores.

— As vilas Paranoá e Planalto são dois exemplos de que muitas das invasões em Brasília remontam há 25 anos. Os problemas de habitação foram preteridos pelos outros governos?

— Eles não tiveram sensibilidade. Se todas as áreas livres para construção do DF pertencem ao governo, cabe a ele ser sensível e olhar para os mais humildes. Felizmente o governador Roriz é consciente dessa realidade e apresentou uma solução viável para a questão. Pegar a população carente (não gosto do termo invasor) e jogar para o entorno de Brasília não resolve nada. Além de ser desumano, eles voltam para cá. Veja o caso de Brasilinha, para onde foram encaminhadas centenas de famílias. A resposta para o problema encontra-se aqui mesmo, e nós a estamos praticando, embora algumas pessoas critiquem o nosso procedimento.

— O que o sr. acha do argumento de determinadas pessoas que acusam o governador Roriz de transformar Brasília em uma grande favela?

— Favela é como estava antes. Brasília era uma grande favela. Roriz não trouxe ninguém para a cidade, há anos elas estavam aqui. Ele simplesmente

“Se quase todas as áreas livres para construção pertencem ao GDF, cabe a ele ser sensível e olhar para os mais humildes”.

ordenou tudo, limpou a cidade, o Plano Piloto, de onde saem as maiores críticas. Imagina o alívio dos moradores da L2 Sul quando tiramos de lá a invasão do Lixão. Mas assim como nós beneficiamos as pessoas de maior renda, temos de fazê-lo para os mais pobres. Tratar essas pessoas humildes debaixo de chuva e chicote é que deve ser reprovado. Hoje elas têm seu lugar regularizado para viver.

— Quando se retira uma família de uma invasão, dá a ela um lote e facilita a construção de uma casa, o governo consegue reintegrá-la ao convívio normal com a sociedade?

— Quando você pega o carente que mora de forma irregular, vivendo sob uma pressão violenta, como medo de represálias, onde as lideranças falsas, formadas por aproveitadores, atuam livremente, e dá a ele a oportunidade de viver sem sobressaltos, não há dúvidas de que a mudança é radical. Você dá um pouco de dignidade a ele. Recebo diariamente boletins que demonstram ter caído o banditismo no DF.

— Mas Samambaia tem apresentado ocorrências policiais acima de algumas satélites?

— Isso não é verdade. Mantemos um policiamento de 200 homens dia e noite em Samambaia e estamos viabilizando o aumento através da criação de um batalhão somente para o local. A Rocan está presente, o Batalhão Escolar. Muitas pessoas fazem críticas gratuitas, sem analisar os fatos. Se nós removemos vários bolsões de miséria, como as invasões que localizavam-se próximas à expansão do Setor "O" da Ceilândia, e os colocamos em um único lugar, a tendência é de que esse local fique atrativo para a marginalidade. Mas em compensação acabou o banditismo nas invasões. Além disso, temos controle da situação.

— A casa própria funcionaria como estímulo contra a marginalidade?

— Naturalmente. Elas dão esperança. O dinheiro que antes era aplicado na cachaça é deslocado para a compra do tijolo. É evidente que existem exceções. Mas para mim, se a mudança atinge 70 por cento, o programa já foi válido. As pessoas sentem-se estimuladas pelo convívio familiar, e muitas trabalham porque tiveram uma ajuda.

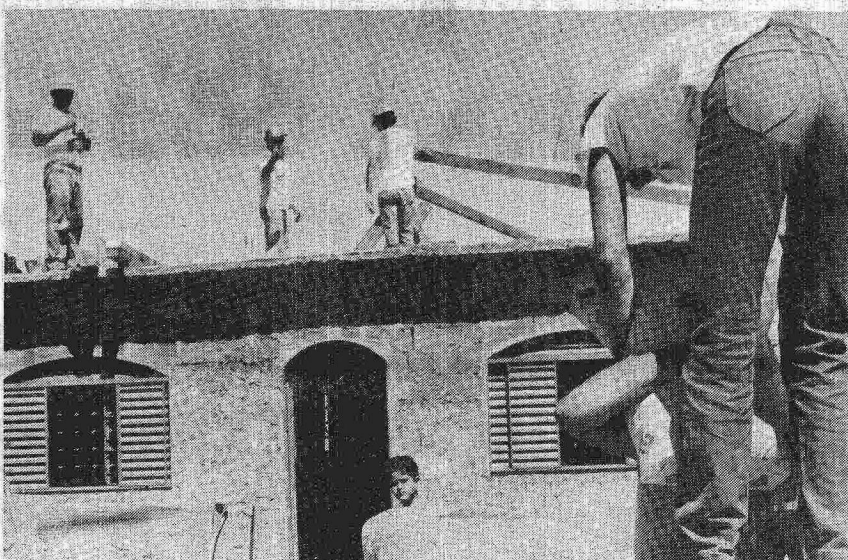
— O sr. considera satisfatórios os serviços de educação e saúde fornecidos para os moradores de Samambaia?

— Temos destinado atenção especial para esses dois setores. Ainda não oferecemos os serviços como eles deveriam estar à disposição da comunidade local, mas em breve conseguiremos atingir nossa meta. Há que se considerar, por outro lado, que nas áreas onde se situavam as invasões houve um desafogamento. Os postos de saúde e as escolas naqueles setores operam atualmente com maior tranquilidade, e o atendimento fica bem mais satisfatório.

— O GDF distribuirá cerca de 60 mil lotes. Todas as inva-



O assentamento em Samambaia, maior programa do governo Roriz: esgoto e água encanada já estão a caminho



Para o vice-governador, se o mandato de Roriz fosse de quatro anos ele mesmo concluiria os assentamentos necessários

sões serão desfeitas, segundo informações do sr. Faz-se necessário, em complemento, conter a imigração. No Governo José Aparecido foi lançada uma campanha denominada "Retorno com Dignidade". Os resultados não foram positivos. Como a atual administração está tratando do assunto?

— Para se chegar a uma resposta conclusiva, é necessário considerar vários envolvimento. As constituições brasileiras sempre deram liberdade para o cidadão ir e vir, o que não poderia ser de maneira diferente. Voltar com dignidade é algo relativo. O que é voltar com dignidade? Dar um lote para o imigrante no Ceará? Ao invés de arrumar serviço para o imigrante aqui, arrumar no Nordeste?

— Segundo o plano do secretário de Serviços Sociais de José Aparecido, Adolfo Lopes, seria facilitar o retorno do imigrante para seu estado de origem, oferecendo o transporte de graça.

— Isso não funciona. Está provado através de estudos, que os itens causadores da imigração são o emprego, o acesso à saúde e ao ensino, e por último a casa própria. Jamais alguém viria para Brasília somente para ganhar um lote. O Distrito Fe-

■
"Tratar as pessoas humildes debaixo de chute e chicote é que deve ser reprovado. Hoje, elas têm um lugar regular para viver".
■

deral é um pólo de atração para o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste, quanto a isso não há dúvida. Um exemplo é que nós já desativamos aqui invasões com mais de 25 anos de atividade. A do Ceub foi uma. Os imigrantes vieram na época atrás de serviço e foram ficando. Forçar o retorno deles só porque a cidade não consegue atender à demanda não resolve.

— Qual a fórmula ideal para o sr., então?

— A primeira etapa de nossos planos já está praticamente concluída, isto é, assentar as famílias que espalhavam-se pelas invasões. Depois, então, pensaremos no retorno com dignidade. Até o final de dezembro inauguraremos o Centro de Apoio Social. As obras estão sendo realizadas no Setor de Aguas Claras, perto da Universidade Católica de Taguatinga. Trata-se de um grande galpão dividido em 600 cômodos, com cozinhas industriais, posto médico, policial, centro de triagem. Se for detectada uma invasão, vamos lá imediatamente e derrubamos os barracos. Pegamos as pessoas e levamos para o Centro. Aí, começamos a resolver o problema delas.

— Um centro de triagem também fazia parte do progra-

ma do governador José Aparecido e não deu certo.

— A nossa idéia é mais detalhada, abrangente, e trabalha sob a ótica de uma outra filosofia. Não queremos um local apenas para recolher as pessoas enquanto aguardam o momento de voltarem para seus estados de origem. No Centro de Apoio Social nós analisaremos caso a caso. Se elas possuem emprego, tentaremos um diálogo com os empregadores para facilitarem suas permanências aqui. Se estão desempregadas, buscaremos uma colocação para elas, seja em Brasília ou no Entorno. Se de tudo não conseguirmos nada, tentaremos convencê-las a voltarem. Assim eu acredito em retorno com dignidade.

— Quanto às famílias que encontram-se na classe média e que também passam dificuldades com a falta de moradias. O Setor Sudoeste terá condição de atendê-las?

— O Sudoeste já começou a trazer benefícios. As projeções colocadas à venda pela Terracap situaram-se 40 por cento abaixo do preço normal praticado nas asas Norte e Sul. Iremos em poucos meses chegar a um valor real dos imóveis em todo o DF.